

DESVENDANDO A ASSIMETRIA ENTRE OS PROGRAMAS DE VERDADE NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO: estudo de caso no Parque Nacional de Superagui

Ana Paula Rainho¹

Resumo: O Parque Nacional de Superagui (Guaraqueçaba-PR) foi criado em 1989 e expandido em 1997 sobre diversas comunidades tradicionais caiçaras sem consulta prévia. Membros de uma dessas comunidades, conhecida como Barra do Ararapira, relatam como suas principais práticas culturais e produtivas foram afetadas pela criação do Parque, tais como a roça e o fandango caiçara. Os moradores estão preocupados porque atualmente há um processo de construção do Plano de Manejo, o qual a participação da comunidade foi limitada a uma breve consulta para avaliar como estas afetam os objetivos conservacionistas do Parque. Por outro lado, a comunidade foi a grande responsável pela criação e expansão do Parque através da luta dos mesmos pela proteção da natureza e por seus conhecimentos ecológicos tradicionais sobre espécies até então desconhecidas pela sociedade ocidental. Os moradores também questionam as práticas científicas dos gestores do ICMBio, desacreditando que estas são as mais eficazes para preservar a região. A partir disso, questiona-se quem detém o direito de gerir o território e o porquê da negação na participação de tal comunidade no Plano de Manejo.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Unidade de Conservação; Conhecimento Tradicional.

Abstract: The Superagui National Park (Guaraqueçaba-PR) was created in 1989 and expanded in 1997 on various traditional communities without consultation. Members of the community *Barra do Ararapira*, report as their cultural and

¹ Mestranda pelo programa de pós-graduação em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduação em Oceanografia pela Universidade Federal do Paraná. Participa do Núcleo de Estudos de Povos e Comunidades Tradicionais da UFPR. E-mail: anap.rainho@gmail.com.

production practices were affected by the creation of the Park. Residents are concerned because the construction of the Management Plan started and the community participation was limited to a brief consultation to assess how these affect the conservation objectives of the park. On the other hand, the community was largely responsible for the creation and expansion of the park through the fight to defend their territory and through their traditional knowledge of species previously unknown to Western society. Residents also questioned the scientific practices of managers, discrediting these are the most effective to preserve the region. From this, it is questionable who holds the right to manage this territory.

Keywords: Traditional Community; Protected Area; Traditional Knowledge.

Unidade de conservação (UC) da categoria de Proteção Integral não é um tema novo na antropologia e nem em diversas outras áreas acadêmicas. Tampouco é um tema esquecido, pois as Unidades de Conservação, de modo geral, são umas das principais estratégias de conservação da natureza nos países do “Sul” (DIEGUES, 1996). Sabe-se que tais modelos de áreas protegidas, semelhantes aos de proteção integral, são responsáveis pela expulsão de milhares de pessoas de seu território e pela geração de graves conflitos com aquelas comunidades que continuam a viver nesses espaços tentando, nem sempre de maneira satisfatória, reproduzir suas práticas sociais e culturais.

Este trabalho teve como objetivo analisar, através da etnografia, o discurso de uma comunidade tradicional caiçara conhecida como Barra do Ararapira (Guaraqueçaba - PR) localizada dentro do Parque Nacional de Superagui. E, a partir disso, contrapor os conhecimentos tradicionais com o científico no contexto do debate do Plano de Manejo. O debate torna-se ainda mais relevante pela disputa que há na construção do Plano de Manejo entre gestores do ICMBio, embasados no conhecimento científico ocidental, e as vinte comunidades caiçaras que vivem dentro e no entorno do Parque há diversas gerações. Apesar do Parque Nacional de Superagui (PNS) ter sido criado em 1989, o Plano de Manejo ainda é inexistente. Sua construção iniciou-se em 2012, e seus documentos iniciais já geraram polêmicas e

descontentamento por parte das comunidades.

Para debater o Plano de Manejo, o Movimento dos Pescadores Artesanais (MOPEAR) e o Movimento dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), organizou um Encontro sobre a Violação dos Direitos Humanos provocados pelos Parques Nacionais em territórios de comunidades caiçaras, com o objetivo de denunciar as injustiças praticadas pelo ICMBio contra os direitos das comunidades. O evento ocorreu em dezembro de 2013 e reuniu representantes das comunidades afetadas e de outras comunidades do Estado do Paraná que lidam com a mesma problemática de sobreposições de UC em comunidades tradicionais. O evento também teve como objetivo criticar os documentos iniciais do Plano de Manejo através de um parecer técnico realizado por um grupo de pesquisadores(as) de diferentes áreas acadêmicas. Este parecer foi construído para contrapor aos *Estudos Socioeconômicos da região do Parque Nacional de Superagui* e aos *Estudos para Uso Público e Turismo do Parque Nacional de Superagui*, documentos iniciais para a construção do Plano de Manejo realizado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Nós queremos o que com esse encontro? Que realmente esse tal de Plano de Manejo, tem que sair né. Não saiu em 25 anos e querem fazer em 3 meses. Nós pedimos que se tiver que sair que saia, mas queremos, nos pescadores, participação nele profunda... Nós viemos nesse encontro fazer o que, lutar pelos nossos direitos, lutar pra que possamos viver em paz em todas as nossas comunidades. Na terra e no mar, nos vamos lutar! (Didi, membro do MOPEAR e morador da comunidade de Tibicanga, Ilha de Superagui, Guaraqueçaba, fala durante o Encontro, no dia 06/12/2012).

O parecer técnico mostrou que nos estudos do ICMBio há diversas incongruências metodológicas e descaso com as comunidades tradicionais que vivem dentro e no entorno do PNS. As comunidades os acusam de não haver participação na sua construção, enquanto o ICMBio afirma que o processo foi, sim, participativo. Na Barra de Ararapira, ouvi relatos sobre as reuniões para debater o Plano de Manejo organizada pelo ICMBio. Nestas

reuniões foram ouvidas as demandas dos moradores. Entretanto, todas as demandas da comunidade foram completamente distorcidas e manipuladas para benefício próprio do ICMBio, para encaixar tais demandas aos interesses conservacionistas dos gestores do PNS.

A participação desejada pela comunidade, dada através de uma voz ativa que a permitisse decidir e planejar este contexto junto ao órgão ambiental, acaba se limitando a uma consulta sem poder de deliberação. Teoricamente, esta e outras UCs ou quaisquer outras instituições ou projetos podem divulgar a participação da comunidade, no entanto, trata-se de uma participação forjada, construída apenas com fins burocráticos de comprovação de que estes grupos estão cientes e favoráveis ao que está acontecendo... A elaboração do Plano de Manejo não pode ser visto como uma solução (e de fato não é visto dessa maneira pela comunidade) já que vêm sendo feito pelo ICMBio, e não pela comunidade na defesa de seus direitos. Tampouco vem fornecendo uma participação efetiva para que ambos pudessem planejar conjuntamente (DUARTE, 2013, p. 196).

De acordo com o parecer técnico, o “diagnóstico participativo” nos estudos do ICMBio prende-se a relação de como as comunidades afetam os objetivos do PNS, e não aos reais interesses e demandas das comunidades. Além disso, há um ocultamento das comunidades afetadas, assim como da diversidade cultural da região. Isso ocorre porque nos estudos do ICMBio não há discursos dos moradores, nem menção aos conflitos existentes entre gestores e comunidades. A suposta diversidade cultural é mostrada apenas em tabelas que generalizam a opinião das comunidades, já que nesta levou-se em consideração apenas nove comunidades, das vinte afetadas pela gestão do PNS. A falta de conhecimento da realidade local também é criticada pelo parecer técnico, que mostra como a descrição da comunidade de Bertioiga é confundida com a cidade de Bertioiga do Estado de São Paulo.

A incompatibilidade com os objetivos do PNS não é oriunda das comunidades. Precisamente a comunidade estudada, a Barra do Ararapira, apresenta uma forte preocupação com a natureza em todas as suas práticas culturais, em seus conhecimentos e em seus modos de perceber o mundo. É

importante ressaltar que o Parque não existiria sem a comunidade da Barra do Ararapira por diversas razões. A primeira delas é que a região possui um dos maiores remanescentes de floresta atlântica do país graças aos modos de vida e de produção dessa comunidade. A segunda é que foi essa comunidade a responsável por lutar pela proteção da natureza quando, em 1981, uma empresa denominada como Agropastoril havia dito ter comprado toda a ilha de Superagui e soltou búfalos para destruir a mata e forçar as comunidades a saírem da ilha. Foram os próprios moradores que denunciaram tal empresa para a Prefeitura e para Polícia de Guaraqueçaba. Graças à movimentação política da comunidade a empresa foi expulsa e o PNS foi criado.

A incompatibilidade é perceptível por parte dos gestores quando estes proibem diversas práticas da comunidade antes mesmo de avaliar se suas práticas são sustentáveis ou não. Por exemplo, a extração de cataia realizada pelas mulheres da comunidade foi por muito tempo proibida porque os gestores acreditavam que elas cortavam as árvores de cataia. Tais mulheres nunca cortaram um pé sequer de cataia, apenas podavam os galhos da árvore, de maneira sustentável, possibilitando um melhor desenvolvimento da árvore após a poda. Só que a atuação do ICMBio foi, *a priori*, recriminar e proibir tal atividade, apreendendo mais de 400 reais de produtos extraídos da folha da cataia, sem dizer o porque e nem para onde tais produtos foram, assim como o dinheiro do mesmo. Hoje a extração de cataia é permitida, após a cachaça de cataia, inventada na própria comunidade, ser divulgada pela mídia como uma produção cultural, também conhecida como “whisky caiçara”. Não houve uma tentativa de compreender a prática produtiva, mas a mudança de atitude dos gestores veio apenas após pressões políticas midiáticas sobre a atividade de extração.

Outra prática produtiva que não há razão, do ponto de vista ambiental, de ser proibida é a coleta de musgos feita pelas mulheres da comunidade. O musgo nasce por todas as partes da mata de Superagui. Após sua extração, se você deixa um pequeno pedaço na mata, em alguns poucos

dias não demora a nascer tudo de novo. Além disso, a extração é feita em apenas uma única época do ano, no mês de dezembro, já que é usado para decoração de presépios natalinos. A prática não é predatória, é uma espécie em abundância e a extração não comprometeria o futuro da espécie, nem o ecossistema local. Não há fundamento algum para sua proibição, de uma forma de extração sustentável, sem danos a natureza, e que dava bons rendimentos econômicos para as mulheres da comunidade.

Percebe-se que as demandas das comunidades não são incompatíveis com a demanda de proteger a natureza da ilha de Superagui. As práticas produtivas, culturais e as percepções de mundo dessa comunidade mostram uma profunda admiração e respeito pela natureza. Em diversas falas também notei uma preocupação com a vida selvagem, quanto me denunciavam com raiva a atuação de policiais florestais que caçavam aves pela ilha. Um urubu abatido por uma bala fez com que dois moradores brigassem com policiais, mostrando um grande sinal de respeito aos animais, mesmo daqueles que a sociedade ocidental não se interessa em proteger.

Eu na época tinha sete anos, já sentia meu sangue ferver na veia por ver tanto desrespeito pela humanidade. Tanta mata cortada, mas não podia fazer nada (Relato de Seu Rubens, morador da Barra do Ararapira, em seu livro “Historia da Barra do Ararapira”². Fala referindo-se ao desmatamento feito por uma empresa exploradora de madeira em 1953).

Tudo leva a crer que os moradores da Barra de Ararapira são conservacionistas natos. Se, tal palavra não fosse uma invenção nossa e que surge da nossa maneira dicotômica de perceber a natureza separada da humanidade. “Conservar” jamais seria uma palavra usada por eles, pois os mesmos não veem uma natureza possível de ser conservada, já que para eles esta não é algo estável, parada no tempo, imutável. Como se conserva algo

² Seu Rubens, liderança local da Barra do Ararapira, escreveu um livro chamado a “Historia da Barra do Ararapira”, já comentando na etnografia de Bazzo (2010). A antropóloga, mais do que mera observadora, ajudou a transformar o livro, escrito à mão, em formato digital e impresso.

que muda constantemente? Viver na Barra do Ararapira torna isso claro, pois as intensas dinâmicas costeiras transformam todo ano as feições da região, ora erodindo praias, ora depositando areia, ora destruindo mata, ora construindo mangue. A localização da comunidade numa área de constante mudança geológica transformou a comunidade migrante dentro de sua própria vila. Os(as) moradores(as) tiveram que construir casas cada vez mais ao norte para escaparem da erosão que acontecia em seus jardins. Essa mobilidade, juntamente com a mobilidade do sedimento, influenciou suas identidades e também suas percepções da natureza. Por isso, “conservar” não representa as dinâmicas da natureza que eles(as) observam cotidianamente. Tal palavra está em nosso vocabulário porque estamos distantes da natureza e não conseguimos perceber tão claramente suas constantes transformações.

A barra muda todo ano, já foi na frente da pousada, já foi mais para o norte da ilha do Cardoso. A praia ao sul, na ponta do Cardoso não existia há pouco tempo atrás. Não dá para saber certas coisas da natureza, ela é imprevisível. Mas se fechar a barra abre em outro lugar (Flávio, morador da Barra do Ararapira, entrevista em 09/04/2014, referindo-se a mudança na barra geológica que existe entre a comunidade Barra do Ararapira e Ilha do Cardoso).

A roça

A incompatibilidade de perspectivas fica visível quando é abordado o tema polêmico das roças. Nos estudos do ICMBio consta que a roça já havia acabado muito antes da criação do Parque Nacional de Superagui. Entretanto, o relatório técnico contesta esse fato, mostrando dez pesquisas realizadas na região que atribuem o declínio da roça de subsistência com a criação do PNS, seguido de sua proibição. Na Barra do Ararapira a resposta dos moradores foi a mesma, a proibição atrelada ao PNS foi o que impossibilitou a continuação das roças.

A impossibilidade do trabalho agrícola afetou as duas maiores manifestações sociais das comunidades tradicionais caiçaras, o mutirão e o fandango (KASSEBOFHMER, 2007). O mutirão era o trabalho agrícola comunitário. Cada membro da comunidade possuía uma roça de subsistência e uma vez por semana se encontravam para ajudar na roça de algum(a) companheiro(a). Não havia pagamento. A forma de retribuição a ajuda era uma janta, seguida pelo próprio fandango. Depois de uma semana, havia outro mutirão na casa de outro membro da comunidade, com direito a mais fandango. Assim, se reproduzia constantemente as práticas culturais dessa atividade de extrema importância, que servia não apenas para a geração de alimentos, mas também produzia e reproduzia os laços das comunidades, gerando os principais valores da mesma.

De acordo com o Museu Vivo do Fandango, o fandango caiçara é uma manifestação cultural popular brasileira, onde dança e música são indissociáveis de um contexto cultural mais amplo. Sua prática esteve sempre vinculada à organização de trabalhos coletivos. Por isso, a proibição da roça afetou diretamente o mutirão e indiretamente o fandango.

Para Kassebofhmer (2007), a implantação das Ucs na região de domínio caiçara contribuiu e vem contribuindo fortemente para a continuidade no processo de sua degradação cultural. Entretanto, nos estudos do ICMBio não há uma correlação direta entre proibição da roça e declínio das práticas culturais. Os estudos colocam essas atividades como referentes ao passado, afirmando que “o fandango não tem mais relação alguma com o estilo de vida que marcou e definiu a cultura caiçara”. Os verbos no passado mostram a intencionalidade de desassociar a cultura caiçara das próprias comunidades caiçaras. A forma como tentam atribuir que o fandango não é mais uma expressão cultural das comunidades caiçaras é errônea. De acordo com o parecer técnico é impossível crer que o fandango esteja desaparecendo, uma vez que tal prática foi registrada como o único patrimônio cultural nacional do sul do Brasil pelo IPHAN.

O estudo do ICMBio usa o declínio das atividades culturais como

tática política para tentar tornar tais comunidades o menos tradicional possível, para retirar-los de suas categorias como sujeitos de direitos enquanto povos tradicionais. Tal visão de tradicionalidade parada no tempo é problemática e arcaica. A cultura não está parada no tempo, não é imutável, as comunidades caiçaras passam por constantes transformações.

A afirmação dos gestores de proteção da natureza e por isso proibição da roça não tem fundamento. Muitos autores mostram que a roça praticada pelos caiçaras, denominada de agricultura itinerante, realizava-se de maneira sustentável.

A sustentabilidade deste sistema de cultivo baseia-se no ciclo de nutrientes. A biomassa presente na floresta contém nutrientes minerais que são mobilizados durante a queima, ficando disponíveis para as plantas sob a forma de cinzas... Oliveira (1999) e Toffoli e Oliveira (1996) acreditam que as práticas utilizadas pelos caiçaras permitiam a exploração da terra de forma auto-sustentável, evidenciada por três aspectos (Oliveira et al., 1994): os nutrientes exportados ou perdidos eram repostos no sistema sem a utilização de adubos fósseis; o controle de pragas era feito sem a utilização de agrotóxicos (hoje em dia isso nem sempre é verdade para todas as comunidades) e os processos erosivos eram mínimos (ADAMS, 2000a, p. 143).

As roças caiçaras eram mais do que uma prática produtiva e cultural que poderia nos servir de exemplo para práticas agrícolas mais sustentáveis. As roças estabeleciam laços com toda a natureza a sua volta, desde o solo, as plantas, até os animais que se alimentava da mesma. Por isso, proibi-la de repente teria diversos impactos ambientais não percebidos pelos gestores do ICMBio. Assim como Diegues (1996) colocou que não há natureza intocável, podemos considerar que tampouco há animais intocáveis, já que estes fazem parte do meio que o compõem. Os animais que viveram junto com a roça, se alimentando da mesma por muitas gerações, foram diretamente afetados pela proibição do plantio. Dentro da ecologia, uma das causas na diminuição das populações de espécies está relacionada à diminuição do alimento. A qualidade e abundância do alimento exerce influência modificando a fecundidade, a longevidade, a velocidade de desenvolvimento, a mortalidade

dos animais (DAJOZ, 1972). Como esses animais estavam dependentes do plantio, seria esperado o declínio de sua população. Fato não só teorizado pela ecologia, como ocorrido, percebido e denunciado pelos próprios moradores da Barra do Ararapira.

Os animais foram se dispersando e sumindo para o continente. Muitas vezes viajando pelo canal do Varadouro encontramos animais passando de um lado para o outro. Já não existe mais capelas com 60 macacos. O bugio em tarde quentes escutávamos o berrar, agora já não se ouve mais. O mico-leão está desaparecendo. Será que depois de tudo isso tem algum ambientalista que quer desapropriar as ilhas habitadas há centenas de ano, plantando a mandioca, a batata, a cana, o milho e arroz, que são comida dos animais e dos pássaros? Depois que foi decretado parque nacional a Ilha do Superagui, que o povo parou de plantar os animais sumiram. Uma metade das roças eram aproveitadas pelos donos, a outra metade os animais e pássaros comiam. Agora, não tem roça, mas também não temos animais (Relato de Seu Rubens, em seu livro “Historia da Barra do Ararapira”³).

Os moradores afirmam que quando existia roça havia enormes bandos de animais, enquanto hoje quase não se vê animais próximos da comunidade. Alguns são vistos apenas quando se adentra na mata, mais com uma população muito menor. Outros nunca mais foram vistos, como o bugio, o quati e o veado.

A Ciência

O que ocorre na construção do Plano de Manejo é um combate “pela verdade”, mais exatamente pelo “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1978). De acordo com esse autor, não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. A expressão “Grande

³ Obra não publicada e não paginada.

Divisão”, como definida por Latour (1999), cumpriu muito bem esse papel. Permitindo que muitos autores resumissem a divisão que creem observar entre espírito científico e espírito pré-científico, determinando quais conhecimentos eram verdadeiros e quais não eram. De acordo com Latour, não existe “Grande Divisão”, mas o saber é compartilhado de modo desigual, sendo este objeto de uma luta violenta para produzi-lo, apropriar-se dele, arrancá-lo dos outros. Infelizmente, apesar das diversas críticas feitas a este “Grande Divisor” ilusório, que não passa do poder do ocidente acerca dos outros povos, essa “Grande Divisão” permeia nossa realidade, orienta nossas políticas, define nossos espaços, principalmente quando há um confronto territorial como o caso do PNS.

Os gestores do ICMBio negam os direitos humanos das comunidades que ali vivem, e também negam seus conhecimentos ecológicos que poderiam contribuir com os objetivos de proteção da natureza do Parque. Os gestores não se dão ao trabalho de compreender se as práticas das comunidades são sustentáveis ou não. Assim como não se dão ao trabalho de compreender a complexidade dos conhecimentos ecológicos das comunidades. Mas, quando foi preciso encontrar o Mico Leão da Cara Preta, até então desconhecido pela sociedade moderna, pesquisadoras pediram auxílio para os moradores a guiarem até o *habitat* do mico. A ampliação do Parque, através da Lei nº 9.513, de 20 de novembro de 1997, só ocorreu após esta descoberta. O Parque se expandiu sobre sete comunidades, entre elas a Barra do Ararapira. Por isso, os moradores da Barra se mostram indignados com a atuação dos gestores, já que foi graças a tais moradores que o Parque foi criado e uma nova espécie foi encontrada. Eles não entendem o porquê de terem suas vidas tão restritas ao serem obrigados a viver dentro de uma UC de Proteção Integral, sem nenhum tipo de compensação, sendo eles, atores importantes para que o Parque se concretizasse e se ampliasse.

O sagui é um animal tão conhecido na região desde meus bisavôs, tão conhecido que minha vó Ana Gertrudez Muniz criou um sagui que depois de alguns anos morreu de velho

(Relato de Seu Rubens, em seu livro “Historia da Barra do Ararapira”, referindo-se ao Mico Leão da Cara Preta).

É preciso se questionar quem detém o direito de gerir o Parque? Como se determina isso? Se fosse puramente pela definição de quem detém mais conhecimento acerca do território, ficaria claro que os gestores seriam os próprios moradores(as). Pois, são eles(as) os que melhor conhecem a mata, que andam por ela, que levam os cientistas para dentro dela, que conhecem os animais, assim como o comportamento dos mesmos e suas cadeias alimentares.

Em campo, os moradores me relataram que os cientistas da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental⁴ (SPVS) ao estudar o Papagaio da Cara Roxa contam sempre o mesmo grupo de papagaios, repetindo as mesmas aves em sua contagem populacional. Depois apresentam folhetos para a comunidade mostrando o declínio da população dessa espécie. O que os moradores não entendem e como eles sabem exatamente o tamanho da população se não conseguem distinguir os bandos de papagaios. Eles também contestam a forma como a SPVS pesquisa os papagaios através da medição de seus ovos. De acordo com os moradores, quando um pesquisador(a) encosta num ovo de papagaio acaba impedindo este de ser chocado. Isso porque a fêmea desta espécie, ao sentir um cheiro novo, diferente do seu, instintivamente abandona seus futuros filhotes. Apesar de avisados pelos moradores, os pesquisadores(as) da SPVS continuam a ter a mesma prática. Isso poderia ser evitado se tais cientistas entendessem que a ciência tem limitações e não é a única forma de conhecimento verdadeiro. Assim, poderiam incorporar os conhecimentos ecológicos dos moradores que conhecem a mata através da tradição oral de seus pais e no aprender-fazendo do cotidiano, derivado de anos de

⁴ A SPVS é uma ONG ambiental que tem forte atuação no município de Guaraqueçaba (PR). Esta ONG tem parceria com o IBAMA, o que permitiu elaborarem conjuntamente diagnósticos locais e planos de gestão (DUARTE, 2013). De acordo com esta autora, a SPVS estimulou a criação de uma cooperativa de ecoturismo na comunidade de Barbados, uma das comunidades que vive dentro do PNS. A ONG também possui um projeto de conservação do Papagaio de Cara Roxa desde 1998.

convivência com aquele ambiente. Que tipo de proteção da natureza os gestores esperam fazer ao excluir a participação do Plano Manejo os únicos que conhecem verdadeiramente a mata?

A pergunta de Latour (1999, p. 172) continua necessária: “Como nós, ocidentais, fomos capazes de inventar uma forma de conhecimento tão radicalmente original que ela escapa a todas as condições culturais de produção?” Ela não escapa. Por em questionamento as práticas científicas é importante para dissolver a assimetria entre ciência e outras formas de conhecimento. Mas, também, para refletir sobre as próprias práticas. Será que são adequadas para proteger a natureza? No caso do PNS, a dúvida tem que permear a prática científica dos gestores. A forma como eles identificam os micos, colocando anel em seus pescoços, não é a forma mais adequada. Os moradores da Barra do Ararapira e o grupo de fandango que realizou a Romaria do Divino Espirito Santo⁵ me relataram que os micos ficam extremamente incomodados com o anel de identificação colocados em seus pescoços pelos gestores do ICMBio. O incômodo é tão grande que eles colocam seus braços entre o anel e seu pescoço, para tentar retirá-lo. Infelizmente, os micos não conseguem retirá-los e acabam morrendo estrangulados com o próprio anel. Lembrando que o Mico Leão da Cara Preta é o símbolo do Parque Nacional de Superagui. Por isso, colocar as práticas científicas em evidência serve para refletir qual a melhor maneira de proteger essa espécie. Será que é cortando seu alimento provindo da roça? Ou os estrangulando com o anel de identificação?

Muito é discutido na literatura acadêmica sobre o conhecimento dos caiçaras, se estes detêm conhecimento ecológico suficiente para gerir seu próprio território. Diegues (1996) defende que os sistemas tradicionais de manejo das comunidades pesqueiras precisam ser resgatados, pois essas técnicas contribuem significativamente para a manutenção da diversidade biológica. Adams (2000b) argumenta que o conhecimento dos pescadores

⁵ Relatado durante meu campo na Barra do Ararapira no dia 25/04/2014. Os músicos da Romaria eram oriundos de Valadares, Paranaguá (PR), mas seus relatos são derivados de conversas com moradores das comunidades caiçaras que vivem dentro e no entorno do PNS.

artesanais sobre o oceano é muito recente, há cerca de duas gerações, e que isso não seria tempo suficiente para acumular tanto conhecimento sobre o meio ambiente a sua volta que garanta o uso sustentado de seus recursos. Entretanto, a crítica de Adams não se estende ao meio científico. Ela não questiona se os(as) cientistas detém todo esse conhecimento para gerir um território em que não nasceu e não viveu, permanecendo poucas vezes em campo⁶ e depois voltando para suas casas nos grandes centros urbanos.

Essa formação científica distante da prática, no sentido que o campo prático das ciências naturais é em ambientes ditos naturais, tem gerado o que Berkes (1999) chama de alienação da natureza, que tem contribuído para a crise ambiental que estamos vivendo agora. Estamos muito longe da natureza para sermos realmente capazes de compreender toda sua complexidade, mas continuamos a negar outras formas de conhecimento oriundas de povos que estão muito mais próximos da mesma. Além disso, quando se considera os conhecimentos e as práticas tradicionais, as discussões se voltam para questões comportamentais, deslocando a crítica do social para o individual. Tais críticas são usadas para definir se as comunidades tradicionais são ou não são conservacionistas. Se querem deslocar o discurso para o indivíduo ao menos façam o mesmo com suas práticas científicas. Concordo que não exista bom selvagem, mas bom cientista existe? Todas as práticas dos cientistas são conservacionistas?

Por se tratar de comunidades pesqueiras e por ser esse um dos temas do Plano de Manejo, torna-se relevante refletir sobre o manejo pesqueiro do ponto de vista da ciência ocidental. Cientistas brasileiros e de outras partes do mundo, reconhecem a limitação da ciência e dos Estados Nacionais para manejar as pescarias, atribuindo aos mesmos a responsabilidade da crise pesqueira (POMEROY, 1995; BERKES *et al.*, 2001; DIAS NETO, 2002; KOOIMAN e BAVINCK, 2005; KALIKOSKI *et al.*, 2006; VASCONCELLOS

⁶ Muitos(as) pesquisadores(as) possuem um intenso trabalho de campo. A comparação é feita em relação aos moradores locais, que por viverem nestes espaços, possuem um campo total e cotidiano, mesmo que nem todos os moradores compartilhem da mesma maneira o conhecimento ecológico.

et al., 2007). Reconhece-se que há uma crise pesqueira há nível global, relacionada à diminuição de cardumes do oceano a partir da queda nos rendimentos pesqueiros por todo o mundo. A Food and Agriculture Organization of the United Nations (2008) estima que mais de 50% dos cardumes exploráveis pelas pescarias foram tão sobre pescados que não há mais capacidade para sua exploração sem o risco de extinção. Para Berkes *et al.* (2001), uma das causas da crise pesqueira é a inadequação e o fracasso do manejo convencional das pescarias que são aplicados da mesma maneira tanto em países do “Norte” como em países do “Sul”.

O manejo convencional foi criado para atender a pesca industrial em regiões temperadas, que se caracteriza por explorar um número pequeno de espécies, mas que são muito abundantes (BERKES *et al.*, 2001; VASCONCELLOS *et al.*, 2007). Este modelo não se aplica para a realidade dos países do “Sul”, onde predomina a pesca artesanal que captura diferentes espécies, em diversas cadeias produtivas e que em geral são pouco abundantes (BERKES *et al.*, 2001; VASCONCELLOS *et al.*, 2007). Como lembra Diegues (1996), a concepção de áreas protegidas também provém de países do “Norte”, surgida primeiramente nos Estados Unidos após a criação do primeiro Parque, conhecido como *Yellowstone*. De acordo com este autor, tal concepção foi transposta para países do “Sul” onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta.

Enquanto autores como Adams (2000a) questiona o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, autores como Cunha (2009) nos mostra a complexidade desses conhecimentos.

A trama de significações do universo pesqueiro se pronuncia na unidade espacial terra-mar-céu (ciclo lunar e processos atmosféricos), conformando um saber biocósmico que atua como regulador de acesso aos recursos naturais e à movimentação no espaço marítimo. Considerando que terra-mar-céu integram os saberes e a prática pesqueira de modo interconectado, evidencia-se no universo do pescador artesanal uma noção tridimensionada do espaço compondo sua territorialidade (CUNHA, 2009, p. 61).

Em campo, pude verificar a complexidade desses conhecimentos que se estende por terra-mar-céu. Esses conhecimentos não se limitam a descrever e classificar esses três ambientes distintos que constituem parte de seu saber. É claro que os pescadores e pescadoras artesanais conhecem muito bem os ciclos lunares e os ventos atmosféricos, compreendendo o espaço-saber referente ao céu, mas seus saberes não se limitam somente a isso. Pois, conseguem relacionar o ciclo lunar com seus efeitos sobre a maré e sobre o cardume de peixes. Assim como conseguem identificar cada tipo de vento e relacionar seus efeitos sobre a maré, sobre as correntes, sobre as ondas, sobre as espécies marítimas, sobre o clima. Através do vento, eles aprenderam até a prever o tempo, já que por muitas décadas não tiveram televisão e nem rádio que pudessem dizer o tempo e guia-los com segurança ao mar. O espaço-saber mar compreende seus conhecimentos sobre as dinâmicas oceânicas (correntes, ondas, maré) e os ciclos migratórios dos peixes, assim como seus respectivos comportamentos, seus ciclos reprodutivos e suas cadeias alimentares. O espaço-saber terra constitui seus conhecimentos sobre a mata, sobre os rios (a interação deste com o oceano), sobre as dinâmicas costeiras compreendendo a interface mar-terra e sobre as mudanças geológicas que ocorrem entre a Barra do Ararapira e a Ilha do Cardoso. Percebe-se que é um saber muito complexo, abrangendo diferentes áreas do conhecimento e que, possui uma perspectiva holística, em que a compreensão dos fenômenos naturais que compõem seu universo se exprimem de modo integrado (CUNHA, 2009).

Os conhecimentos dos moradores da Barra do Ararapira são passados através da oralidade, entre pais e mães para seus filhos e filhas, mas também entre todos os membros da comunidade, já que conversas sobre o mar e seu funcionamento são cotidianas. Ao acordarem, a primeira observação que fazem é acerca do vento e da maré, para avaliar se as condições das pescarias estão favoráveis. Quando perguntei a Dona Iolanda, pescadora desde criança, como ela sabia a direção do vento, sua resposta foi: “eu sinto na pele”. É um saber que não se limita a tradição, mas que a

complementa através da experiência prática cotidiana do contato com o oceano. É um saber que não se limita ao pensar, mas que é aprendido através de todos os sentidos do corpo. Pois, de acordo com Ramalho (2011):

Para existir como pescador, é preciso se afirmar na fruição dos seus sentidos concretamente, em seu dia-a-dia, nos diálogos que realiza com o mar, através de sua atividade produtiva. O mar e os pescados colocam componentes complexos a serem compreendidos, tanto para ter sucesso na pescaria, quanto para obter segurança, por isso, para ser pescador é preciso desenvolver um saber especializado (RAMALHO, 2011, p. 319).

Conclusão

Se a determinação para participação de qualquer processo de manejo pesqueiro, seja este advindo do Plano de Manejo do PNS ou Instruções Normativas do Ministério da Pesca e Aquicultura, é medido em conhecimento, os pescadores artesanais da Barra do Ararapira detêm total capacidade para participar e tomar decisões. Seus conhecimentos estão diretamente relacionados a seus modos de vida, que é atrelado ao contato diário com o oceano. Estes conhecimentos englobam abordagens importantes para compreender as dinâmicas oceanográficas e sua relação com a pescaria, que o próprio conhecimento científico tem limitações em compreender (KOOIMAN e BAVINCK, 2005). Isso não é tão surpreendente assim quando se percebe os fracassos nacionais e internacionais em gerir as pescarias embasadas no conhecimento científico. Os moradores da Barra também detêm um profundo conhecimento da mata, que se mostrou útil para os fins da própria academia. Paradoxalmente, os(as) cientistas necessitam da ajuda dos moradores para pesquisar os animais que ali habitam, pois estes são os únicos capazes de encontra-los.

A Ciência e o Estado, ambos representados aqui na figura do ICMBio, continuam a ignorar seus conhecimentos tradicionais. Em parte, isso

acontece pela formação dicotômica cultura x natureza, que os leva a acreditar que qualquer intervenção na natureza será necessariamente destrutiva porque sua própria sociedade em contato com a mesma assim o fez, por isso prega, quase que religiosamente, a ausência humana de áreas protegidas. Existem inúmeras relações e percepções com/da natureza, a da sociedade urbano-industrial é apenas uma delas, e seu caráter destrutivo é derivado de seus modos de produção e percepção. Não se pode aplicar tal visão de mundo a todos os povos imaginando que suas práticas terão os mesmos efeitos. Pois, as concepções da natureza são construídas socialmente e variam de acordo com determinações culturais e históricas e, por tanto, nossa própria visão dualista do universo não deveria ser projetada como um paradigma ontológico sobre as outras culturas (DESCOLA, 2001).

Ao negar qualquer atuação humana numa UC de Proteção Integral contradizem com o fracasso de certas áreas protegidas que está relacionado a falta de manejo humano. Como exemplo, tem-se o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos que fechou por abandono e má gestão. Não se trata de ambientes intocáveis porque sempre haverá uma forma de manejo. O que acontece é uma suposição, por parte dos gestores, que seu manejo não afete negativamente a natureza porque não é político, não é cultural, não é histórico, por isso não é humano. Pressupõe que seu toque é intocável e suas vozes representam as vozes não faladas dos não-humanos. Bem, não é! Pela simples razão de que não existe ambiente intocável, organismos intocáveis e nem maneira verdadeira de gerir a natureza, apenas relações sociais, políticas, históricas e culturais.

Por isso, ao questionar a exclusão dos moradores da Barra do Ararapira no Plano de Manejo não estou defendendo defende-los porque acredito que são conservacionistas. Não se trata de encaixar culturas em classificações estáticas advindas da sociedade ocidental. Isso seria aceitar uma concepção universalista da natureza, limitando a mesma através de uma única visão, a científica ocidental. Trata-se, de uma relação específica com a natureza que a comunidade da Barra do Ararapira tem,

diferentemente da concepção moderna, e que, por isso, produz determinado conhecimento ecológico que poderia vir a ajudar, como já ajudou, os objetivos de proteção da natureza do PNS. Participar e decidir sobre o Plano de Manejo não se trata apenas de uma questão ambiental, mas também de uma questão social muito importante, de devolver os direitos humanos para as comunidades, para que estas possam ter o poder de decidir sobre seu território e sobre suas próprias vidas.

Concordo com Adams (2002) quando ela coloca que a questão dos moradores tradicionais em áreas protegidas deve ser assumida como uma questão de direitos humanos e de acesso à terra, que devem ser garantidos se pretendemos incluir estes setores historicamente marginalizados. Mas, não podemos esquecer que a invisibilidade a outras formas de conhecimento também os marginaliza e constitui uma das várias assimetrias entre sociedade moderna ocidental e outros povos. Ainda mais quando se trata de conhecimentos para gerir o território que por direito pertence a eles(as). Negar seus conhecimentos é negar sua capacidade em gerir seu próprio território e, deixa-los terem suas vidas controladas pelo autoritarismo do conhecimento científico. Até porque, o saber se constitui através de lutas encarniçadas entre os programas de verdade, onde alguns ganham e outros perdem (LATOUR, 1999). Nesse caso, o ganhador foi o conhecimento científico, que tem em seus métodos e postulados raízes em países do “Norte”, possuindo uma assimetria que não se dá apenas entre formas diferentes de conhecimento, mas também entre países, representando ainda o poder colonial que atua nos países do “Sul” na sua negação em desenvolver conhecimentos próprios.

Essa luta encarniçada pela verdade fica escancarada na disputa pelo Plano de Manejo, quando as comunidades caiçaras são excluídas de sua participação. A ausência de simetria acontece porque desde o início se aceita quem são os vencedores e quem são os vencidos na história do saber (LATOUR, 1999). Os vencidos, os caiçaras, não são excluídos porque há um amplo embasamento científico sobre suas práticas produtivas que mostram

que sua presença ali no PNS é predatória a natureza. Eles são excluídos por preconceito, quando os gestores do ICMBio proíbem suas atividades produtivas antes de investigarem se estas são sustentáveis ou não. Assim como, não investigaram a relação da roça com o meio a sua volta, já definindo *a priori* que esta era impactante e, não relacionaram sua relação com os animais que se alimentavam da mesma. Se não foi em nome da Ciência, da preservação da natureza, quais suas razões de impedir as práticas produtivas e culturais dessas comunidades se eles mesmos não sabem os impactos ou benefícios que estas geram a natureza?

Aqui, torna-se fundamental expor que o documento acaba se configurando como uma estratégia de controle do território, onde uma visão reificada sobre a realidade da área acaba ocultando a vontade da comunidade em ter o poder sobre seu território em detrimento das premissas conceitualmente esvaziadas da "sustentabilidade" (DUARTE *et al.*, 2013, p. 5, referente aos estudos do ICMBio).

A exclusão dos caiçaras também é derivada de uma intenção explícita dos gestores do ICMBio em expulsar as comunidades de suas terras de direito. Uma das gestoras do ICMBio afirma, em entrevista para Duarte (2013), que a Barra de Superagui ficou fora dos limites do PNS para que as comunidades que ainda estavam dentro dos limites migrassem. Isso não ocorreu e se ocorresse teria sérias implicações políticas, já que as comunidades são culturalmente distantes uma das outras. Atualmente, os gestores asseguram que nenhuma comunidade será realocada, mas os moradores ainda esperam uma confirmação legal a partir do Plano de Manejo (DUARTE, 2013). Para os moradores da Barra do Ararapira ainda há intencionalidade de expulsar as comunidades do PNS.

Eles fazem pressão para o pessoal daqui sair, mesmo que não expulse. Não deixa o pessoal plantar, não deixa pescar, vamos fazer o que? Morrer de fome? Muita gente acaba saindo daqui por causa disso e eles disseram que saíram voluntário. Mas sai porque não dá para viver assim, passando fome (Shirlei, moradora da Barra do Ararapira, em entrevista no dia 14/04/2014).

O debate em torno do Plano de Manejo torna-se relevante não apenas porque ainda está aberta a disputa por sua construção, mais também porque esse documento irá determinar como será a vida das comunidades dentro de um espaço de UC Integral. Poderão reproduzir suas práticas produtivas e culturais? Terão direito a seu próprio território? A indignação por serem excluídos de participação está relacionada aos temores de seguirem com suas próprias vidas, já que o Plano de Manejo afetará integralmente seus modos de vida. Este poderá vir a ser um documento que continuará a restringir e criminalizar as comunidades através das proibições restritivas sobre as práticas culturais. Lembrando que tais práticas não são investigadas para que os gestores pudessem ao menos, antes de tomar suas decisões, saber quais são os efeitos sociais, culturais, políticos e mesmo ambientais das restrições impostas. E, dificilmente saberão, se continuarem com essa política de exclusão, invisibilidade e descaso com as comunidades afetadas.

As Unidades de Conservação da categoria de Proteção Integral continuará a ser um tema de profundos debates acadêmicos, enquanto seu manejo continuar a negar os direitos humanos das comunidades tradicionais. Não há como tratar esse tema apenas a partir do ponto de vista técnico de proteção dos recursos naturais e despolitizar todo o debate, ignorando o fato que tais políticas afetam negativamente a vida de milhares de pessoas por todo o mundo. O PNS acaba representando uma política governamental que apenas repete a história, reprimindo e excluindo povos que sempre foram marginalizados. Mais do que repetir a história capitalista da expropriação de pequenos camponeses de suas terras, repetem também o domínio imperial aos países do “Sul” quando limita a estes uma única forma de manejar a natureza. Infelizmente, essa lógica de política, baseada na expropriação e controle, continua a ser reproduzida. Então, continuaremos a debater esse tema e levá-lo para espaços políticos além da academia e de nosso ofício enquanto antropólogos(as), reconhecendo que a ciência não

conseguirá dar conta de acabar com as assimetrias de poder em nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Cristina. A roça e o manejo da mata atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência**, Teresina, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000a.

_____. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.

_____. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: ALBUQUERQUE, Ulysses P. de (Org.). **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**: palestras convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Recife: SBEE, 2002. p. 27-43.

BAZZO, Juliane. **Mato que vira mar, mar que vira mato**: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Arapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná). 2010. 291 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, [2010].

BERKES, Fikret. **Sacred Ecology**: traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.

BERKES, Fikret et al. **Managing small-scale fisheries**: alternative directions and methods. Ottawa: International Development Research Center, 2001.

CUNHA, Lúcia Helena. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 59-67, jul./dez. 2009.

DAJOZ, Roger. **Ecologia Geral**. São Paulo: Vozes/USP, 1972.

DESCOLA, Philippe. Construindo Naturalezas Ecología simbólica y práctica social. In: DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gisli. **Naturaleza y Sociedad**: perspectivas antropológicas. México: Editora Siglo XXI, 2001. p. 101-123.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. 2002. 242 f. Dissertação (Mestrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, [2002].

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocável**. São Paulo:

Hucitec, 1996.

DUARTE, Letícia A. **Argonautas do Superagui: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro**. 2013. 211 f. Dissertação (mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - UDESC, Florianópolis, [2013].

DUARTE, L. A. et al. **Parecer técnico sobre os estudos preliminares encomendados para a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional de Superagui - Guaraqueçaba – PR**. 2013.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Roma: FAO, 2008.

FOUCAULT, Michel; VARELA, Julia. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KALIKOSKI, Daniela; ROCHA, Ronaldo; VASCONCELLOS, Marcelo Cunha. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da lagoa dos patos, extremo sul do Brasil. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 11, p. 87-118, 2006.

KASSEBOEHMER, Ana Lúvia. **Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba – Paraná**. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - UFPR, Curitiba, [2007].

KOOIMAN, Jan; BAVINCK, Maarten. The Governance Perspective. In: KOOIMAN, Jan et al. (Org.). **Fish for life: interactive governance for fisheries**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005. p. 11-25.

LATOUR, Bruno. Como redividir a Grande Divisão. **Mosaico**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 169-199, 1999.

MOVIMENTO DOS PESCADORES ARTESANAIS; MOVIMENTO DOS PESCADORES E DAS PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. **Carta aberta a sociedade brasileira**. Encontro sobre a violação de direitos humanos provocados pelos Parques Nacionais em territórios de comunidades caiçaras e pescadores e pescadoras artesanais no Paraná. Guaraqueçaba, Paraná, 2013.

MUSEU VIVO DO FANDANGO. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

POMEROY, R. S. Community-based and co-management institutions for sustainable coastal fisheries management in Southeast Asia. **Ocean e Coastal Management**, v. 27, n. 3, p. 143-162, 1995.

RAMALHO, Cristiano W. N. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 315-352, jan-jun. 2011.

VASCONCELLOS, M., DIEGUES, A. C., SALES, R. R. **Relatório Integrado: Diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento**

institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Relatório Técnico. 2007.